



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Riachão das Neves

1

Segunda-feira • 22 de Julho de 2019 • Ano X • Nº 1910

Esta edição encontra-se no site: www.riachaodasneves.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Riachão das Neves publica:

- **Resolução nº 06 de 22 de julho de 2019** - Dispõe sobre a divulgação do Gabarito da Prova Objetiva do Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Riachão das Neves.
- **Prova Objetiva do Edital CMDCA nº. 01/2019** - Prova de aferição de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

TRANSPARÊNCIA
AUTONOMIA OFICIALIDADE

Imprensa Oficial. Tá aqui, tá legal.

Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a gestão seja mais transparente. A Imprensa Oficial cumpre esse papel.

Imprensa Oficial
a publicidade legal
levada a sério

Gestor - Miguel Crisostomo Borges Neto / Secretário - Gabinete / Editor - Ass. Comunicação
Praça Municipal, 27 - Centro, Riachão das Neves-BA

CERTIFICAÇÃO DIGITAL: X7TRQQL28GSGZIUAEZPOA

Resoluções



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RIACHÃO DAS NEVES - BA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO**

RESOLUÇÃO nº 06 de 22 de julho de 2019

“Dispõe sobre a divulgação do Gabarito da Prova Objetiva do Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Riachão das Neves”.

A **COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL**, constituída na forma da Resolução do CMDCA nº 01 de 05 de abril de 2019, para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Riachão Das Neves;

Resolve:

Art 1º. Torna Publico o Gabarito (Anexo I), o Espelho de Questões (Anexo II) e o Formulário de Recursos (Anexo III) da Prova Objetiva do Processo Unificado de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar de Riachão das Neves.

Art 2º. Recursos deverão ser enviados para Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação até o dia 30 de julho de 2019.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Riachão das Neves – BA, 22 de julho de 2019.


**Comissão Especial Eleitoral
Fábio Dias dos Santos
Coordenador**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

ANEXO I – GABARITO – EDITAL CMDCA Nº 01/2019.

1

1. A	11. C
2. C	12. D
3. D	13. C
4. B	14. A
5. C	15. A
6. C	16. D
7. C	17. E
8. D	18. C
9. B	19. B
10. C	20. D



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ANEXO II – EDITAL CMDCA Nº 01/2019.

ESPELHO DE QUESTÕES - PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS
ESPECÍFICOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

2

QUESTÃO 1: Alternativa correta letra **A**. Dispositivo correspondente:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único: Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

QUESTÃO 2: Alternativa correta letra **C**. Dispositivo correspondente:

Art. 132 - Em cada Município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhido pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

QUESTÃO 3: Alternativa correta letra **D**. Dispositivos correspondentes:

Art. 103 - Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Art. 104 - São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

QUESTÃO 4: Alternativa correta letra **B**. Dispositivo correspondente:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único: Para os fins desta Lei, considera-se:

3

Castigo Físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

- I sofrimento físico; ou
- II lesão;

Tratamento Cruel ou Degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

“Humilhe, ameace gravemente ou ridicularize.”

QUESTÃO 5: Alternativa correta letra C. Dispositivo correspondente:

Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

QUESTÃO 6: Alternativa correta letra C. Dispositivos correspondentes:

A) A colocação da criança ou adolescente em família substituta se fará mediante a guarda, tutela ou adoção e independentemente da sua situação jurídica.

CORRETO. Aplicação do Art. 28 do ECA, A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

- B) Os grupos de irmãos deverão ser colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa. **CORRETO.** Aplicação do art. 28, §4º, ECA: § 4 Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- C) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de tutela e adoção. **ERRADO.** Somente mediante adoção. Aplicação do art. 31, ECA: Art. 31. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
- D) Tratando-se de menor de 12 (doze) anos de idade, não será necessário seu consentimento expresso. **CORRETO.** Aplicação do art. 28, §2º, ECA: § 2. Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

QUESTÃO 7: Alternativa correta letra C. Dispositivo correspondente:

Art. 42 – § 3º O adotante há de ser, pelo menos, 16 anos mais velho do que o adotando.

QUESTÃO 8: Alternativa correta letra D. Dispositivo correspondente:

Art. 241. Vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente:

Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

QUESTÃO 9: Alternativa correta letra **B**. Dispositivo correspondente:

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- A)** - maus-tratos envolvendo seus alunos;
- B)** - reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- C)** - elevados níveis de repetência.

5

QUESTÃO 10: Alternativa correta letra **C**. Dispositivo correspondente:

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

QUESTÃO 11: Alternativa correta letra **C**. Dispositivo correspondente:

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

QUESTÃO 12: Alternativa correta letra **D**. Dispositivo correspondente:

Art. 124, § 2º. A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

QUESTÃO 13: Alternativa correta letra **C**. Dispositivo correspondente:

Art. 198. Nos procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude fica



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

adotado o sistema recursal do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e suas alterações posteriores, com as seguintes adaptações:

VII - antes de determinar a remessa dos autos à superior instância, no caso de apelação, ou do instrumento, no caso de agravo, a autoridade judiciária proferirá despacho fundamentado, mantendo ou reformando a decisão, no prazo de cinco dias.

6

QUESTÃO 14: Alternativa correta letra **A**. Dispositivo correspondente:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

- I. atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;
- II. atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III. promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
- IV. requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- V. representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- VI. encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- VII. encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VIII. providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- IX. expedir notificações;
- X. requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- XI. assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

- XII. representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XIII. representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.
- XIV. representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

7

QUESTÃO 15: Alternativa correta letra **A**. Dispositivo correspondente:

Art. 10º. Os conselhos tutelares são órgãos contenciosos não-jurisdicionais, encarregados de "zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente através da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e através da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis.

QUESTÃO 16: Alternativa correta letra **D**. Dispositivo correspondente:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I. ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II. opinião e expressão;
- III. crença e culto religioso;
- IV. brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V. participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI. participar da vida política, na forma da lei;
- VII. buscar refúgio, auxílio e orientação.

QUESTÃO 17: Alternativa correta letra **E**. Dispositivo correspondente:

"Em seu artigo 1º está disposto que "Esta lei dispõe sobre a proteção integral à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

criança e ao adolescente”, o que implica dizer que o ECA apresenta princípios que norteiam a política de proteção, desenvolvimento e orientação da criança e do adolescente, sendo dever do Estado assegurar as condições básicas para que isto ocorra de forma plena e integral, no entanto, fazendo-se necessária a contribuição da família, da comunidade e da sociedade em geral neste processo”

8

QUESTÃO 18: Alternativa correta letra **C**. Dispositivo correspondente:

I – ERRADO

Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses

II-CERTO

"Capítulo II - Das Medidas Específicas de Proteção.

Art. 99. As medidas previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

III – CERTO

Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

IV – CERTO.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- I. tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

pessoa;

- II. por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III. por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

9

~~§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a três meses.~~

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal. (Redação dada pela Lei nº 12.594, de 2012).

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

QUESTÃO 19: Alternativa correta letra **B**. Dispositivo correspondente:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I. castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:
 - A) sofrimento físico; ou
 - B) lesão;

QUESTÃO 20: Alternativa correta letra **D**. Dispositivo correspondente:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. direito de ser respeitado por seus educadores;
- III. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV. direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

10

Parágrafo único: É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

ANEXO III

EDITAL CMDCA Nº 001/2019 PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR.

FORMULÁRIO DE RECURSO – PROVA OBJETIVA.

Eu, _____, portador
(a) do documento de identidade nº _____, CPF
nº _____, inscrito no processo de escolha para membros
titulares e suplentes do conselho tutelar de Riachão das Neves conforme Edital
CMDCA nº. 01/2019 apresento recurso junto à Comissão Eleitoral.

11

I. Do objeto de recurso:

II. Dos argumentos de recurso:

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Obs.: Deverão ser apresentados o objeto e argumentos da impugnação, caso contrário, serão desconsiderados e não serão avaliados na análise.

Riachão das Neves/BA, ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

RECEBIDO em ____ / ____ /2019. Ass: _____

Atos Administrativos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

PROVA OBJETIVA – EDITAL CMDCA Nº. 01/2019

**PROVA DE AFERIÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS SOBRE O ESTATUTO
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

1

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES.

- Você está recebendo um caderno de provas e uma folha de resposta.
- Confira se o material está completo e sem problemas de impressão que possam dificultar o entendimento das questões.
- **PREENCHA COM LETRA LEGÍVEL E DE FORMA, OS DADOS NA PROVA.**
- A PROVA iniciará às 08h00min e o seu término será às 12h00min.
- Você terá até 4 (quatro) horas para terminá-la. Organize-se para nesse tempo preencher a folha de resposta.
- Depois de iniciada a prova você só poderá ir ao banheiro após 30 minutos.
- Ao término, você deverá entregar ao FISCAL, a PROVA e a FOLHA DE RESPOSTA.
- A FOLHA DE RESPOSTA não será substituída por conta de erro do candidato e deverá ser preenchida com caneta esferográfica azul ou preta.
- Não é permitido o porte de quaisquer equipamentos eletrônicos tais como: relógios (analógico ou digital); celulares; tablets; calculadoras; fones de ouvido e etc. Nem fazer uso de capus, bonés, chapéis.

Nome legível do candidato	Numero de Inscrição
ASSINATURO POR EXTENSO DO CANDIDATO	
Assinatura:	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.
PROVA OBJETIVA**

**1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
aplica-se a pessoas com:**

- a) até dezoito anos de idade e, excepcionalmente, até 21 anos de idade.
- b) até doze anos de idade incompletos.
- c) até 15 anos de idade incompletos.
- d) idade entre doze e dezoito anos incompletos.
- e) até dezoito anos de idade incompletos.

2. O Conselho Tutelar é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos no ECA. O artigo 132 desse dispositivo define que, em cada município, haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar, composto de:

- a) seis membros, sendo três escolhidos pela comunidade local e três indicados pela Secretaria Municipal de Educação, com mandato de 5 (cinco) anos, permitida uma recondução.
- b) três membros, escolhidos pela comunidade local, com mandato de 5 (cinco) anos, sem direito a recondução.
- c) cinco membros, escolhidos pela comunidade local, com mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.
- d) três membros, indicados pelo poder público, com mandato de 4 (quatro) anos, sem direito a recondução.
- e) cinco membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

3. Para efeito do ECA, podemos afirmar que:

I - Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal;

II - São penalmente imputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas no ECA.

- a) apenas o item II está correto;
- b) ambos os itens estão incorretos;
- c) ambos os itens estão corretos;
- d) apenas o item I está correto;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

4. De acordo com o ECA, considera-se uma forma de tratamento cruel ou degradante:

- a) Lesão
- b) Humilhação
- c) Sofrimento Físico
- d) Castigo
- e) Punição física

5. São direitos fundamentais da criança e do adolescente, EXCETO:

- a) Direito à Vida e à Saúde;
- b) Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e o Lazer;
- c) Direito ao Trabalho;
- d) Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- e) Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

6. Quanto à família substituta, analise as afirmativas a seguir.

I. A colocação da criança ou adolescente em família substituta se fará mediante a guarda, tutela ou adoção e independentemente da sua situação jurídica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

II. Os grupos de irmãos deverão ser colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa.

III. A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de tutela e adoção.

IV. Tratando-se de menor de 12 (doze) anos de idade, não será necessário seu consentimento expresso.

Estão corretas as afirmativas

- a) I, II, III e IV
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) II, III e IV

7. Segundo o ECA em relação à adoção, o adotante deve ser mais velho que o adotando por pelo menos:

- a) 18 anos
- b) 17 anos
- c) 16 anos
- d) 15 anos

8. De acordo com o Artigo 241 do Estatuto de Criança e do Adolescente, a pena para quem vender ou expor à venda fotografia, vídeo ou outro registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente é punido com:

- a) Advertência por escrito e multa.
- b) Detenção por no mínimo vinte anos.

- c) Multa de dez salários mínimos.
- d) Reclusão de quatro a oito anos e multa.
- e) Reclusão de dois anos e realização de trabalho voluntário.

9. O professor de uma escola suspeitou, durante a aula, de que um de seus alunos, de 12 anos de idade, estava sendo vítima de maus tratos. Nesse caso, o ECA determinar que o caso seja obrigatoriamente reportado:

- a) Ministério Público
- b) Conselho Tutelar
- c) Juízo da Infância e da Juventude
- d) Autoridade policial
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

10. Em relação às medidas socioeducativas previstas no ECA, assinale a opção correta.

- a) A medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade pode ser aplicada pelo prazo de até um ano.
- b) A advertência somente pode ser aplicada se houver provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- c) As medidas socioeducativas de semiliberdade e de internação por prazo indeterminado não podem ser incluídas na remissão, sendo admissível sua aplicação somente após a instrução processual em sede de sentença de mérito.
- d) A obrigação de reparar o dano à vítima não constitui medida socioeducativa.
- e) Inclui-se, entre as medidas aplicáveis aos pais ou responsável do menor, o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

11. No que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta com base no ECA.

- a) Na ausência dos pais, o pátrio poder poderá ser delegado, nessa ordem: ao irmão mais velho, desde que já tenha alcançado a maioridade, ao tio paterno ou ao avô paterno. Na ausência de qualquer um desses, o pátrio poder poderá, excepcionalmente, ser delegado à avó materna.
- b) Toda criança ou adolescente tem direito à educação no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a participação efetiva da mãe biológica no convívio diário com o educando, em ambiente livre da presença de pessoas discriminadas.
- c) Os filhos, havidos, ou não, da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- d) O pátrio poder não poderá ser exercido, simultaneamente, pelo pai e pela mãe. Em caso de discordância quanto a quem caberá titularizá-lo, a ambos será facultado o direito de recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- e) O adolescente civilmente identificado não pode ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

12. À luz do ECA, assinale a opção correta.

- a) A internação constitui medida privativa de liberdade e, dada essa condição, não é permitida ao adolescente interno a realização de atividades externas, como trabalho e estudo.

b) A medida de internação poderá ser aplicada, ainda que haja outra medida adequada, se o MP assim requerer.

c) Poderá ser decretada a incomunicabilidade do adolescente, a critério da autoridade competente, quando ele praticar atos reiterados de indisciplina.

d) Em caso de internação, a autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de prejudicialidade aos interesses do adolescente.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

13. Com relação ao procedimento de apuração do ato infracional, assinale a opção correta de acordo com o que dispõe o ECA.

a) A outorga de mandato é indispensável caso o defensor seja constituído ou nomeado, sendo a formalidade necessária em face das peculiaridades do procedimento.

b) Cabe recurso em sentido estrito da decisão que aplica medida socioeducativa, sendo possível o juízo de retratação.

c) No recurso de apelação, antes de determinar a remessa dos autos à instância superior, o juiz poderá reformar a decisão proferida.

d) Na ausência de advogado constituído, para resguardar o sigilo quanto à conduta do infrator, não se admite a nomeação de defensor ad hoc.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

14. Quanto ao ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Conselho Tutelar, é incorreto afirmar que este órgão tem como princípios:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

- a) Os direitos e deveres (limites) da criança e adolescente sejam elencados pelos próprios pais, apoiados por este órgão;
- b) Atender e aconselhar os pais e responsáveis na tutela ou guarda de seus filhos;
- c) Atender e aconselhar crianças e adolescentes;
- d) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- e) Participar de ações que combatam a violência, a discriminação no ambiente escolar, familiar e comunitário.

15. Quanto aos conselhos tutelares (CTs), assinale a opção correta.

- a) Os CTs são órgãos contenciosos não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente por meio da aplicação de medidas especiais de proteção a crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados e por meio da aplicação de medidas especiais a pais ou responsáveis.
- b) Os CTs são entidades de proteção responsáveis pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes.
- c) Somente o CT tem competência para apurar os atos infracionais praticados por adolescente, aplicando-lhe medidas específicas de punição, previstas em lei, a serem cumpridas segundo requisições do CT.
- d) Além das atribuições previstas no ECA, os CTs podem instituir novas atribuições em regimento interno ou em atos administrativos de quaisquer outras autoridades.
- e) Verificada a prática de ato infracional, cabe aos

CTs aplicar e executar as medidas socioeducativas de advertência, prestação de serviços à comunidade e internação em estabelecimento educacional à criança e ao adolescente infratores.

5

16. Com relação ao disposto na Lei Federal Nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, EXCETO:

- a) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
- b) Participar da vida política na forma da lei.
- c) Opinião e expressão
- d) Ir, vir e estar nos logradouros públicos a exceção dos espeaços comunitários
- e) Saúde

17. Com o objetivo de garantir o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, o Estado brasileiro tem o dever de garantir as necessidades das crianças e dos adolescentes, velando pelo seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência, ao lazer, à liberdade, à profissionalização, entre outros. Nesse sentido, é correto afirmar que o ECA:

- a) reconhece que as crianças e os adolescentes são sujeitos especiais, titulares de direitos absolutos e merecedores de atenção



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

jurídica preferencial, posto que a CF, ao consagrar o princípio da proteção integral, impõe ao juiz que desconsidere a finalidade social, o bem comum e os direitos individuais e coletivos.

b) baseou-se no princípio da indisponibilidade dos direitos fundamentais, por meio do qual foram estabelecidas as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil e o critério cronológico da psicologia evolutiva para diferenciar crianças, adolescentes e jovens adultos.

c) aperfeiçoou a doutrina da situação irregular, esposada pelo Código de Menores, estendendo a aplicação das medidas socioeducativas destinadas à reabilitação física, moral e psíquica de crianças e adolescentes infratores.

d) utilizou-se da tipologia de Enrico Ferri para definir os critérios capazes de estipular o grau de periculosidade dos menores infratores e o conseqüente risco social de sua permanência no seio da sociedade.

e) afastou-se da doutrina de situação irregular que caracterizou o antigo Código de Menores, haja vista este ser voltado apenas aos menores em situação irregular, isto é, àqueles que se encontram em conflito com a lei ou que se encontram privados de assistência, por qualquer motivo. O ECA, ao contrário, segue a doutrina da proteção integral, que se baseia no princípio do melhor interesse da criança.

18. Julgue os itens seguintes, que estão relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº. 8.069/1990).

I - A finalidade precípua da Lei n.º 8.069/1990 é conferir proteção integral à criança e ao adolescente, mesmo que autor de ato infracional, buscando, no tempo fixado pela própria norma especial, reeducar e corrigir rumos de comportamento, no interesse maior do adolescente, que, indiscutivelmente, é também o interesse da sociedade como um todo.

II - O ECA prevê que as medidas de proteção impostas podem ser substituídas a qualquer tempo, desde que assim seja necessário.

III - O delito de auxiliar na prática de ato ilícito com o escopo de enviar criança ou adolescente ao exterior sem a observância das formalidades legais (adoção) ou com o fito de obter lucro é crime material.

IV - A medida socioeducativa de internação deve ser aplicada quando presente uma das circunstâncias do rol taxativo previsto no ECA.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 2 e 3.

19. Na perspectiva de conceituar adequadamente as situações de violência contra a criança e o adolescente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, definiu, expressamente

- a) negligência grave como a omissão reiterada, por quem detenha o dever de cuidado, capaz de produzir danos físicos e/ou psíquicos à criança ou adolescente.
- b) castigo físico como a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força sobre a criança ou adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão..
- c) castigo moral como a ação ou omissão que, sem causar dano físico, tenha por objetivo submeter criança ou adolescente a vexame ou constrangimento.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

- d) tratamento cruel ou degradante como toda conduta intencionalmente voltada à violação de um direito fundamental da criança que produza sofrimento ou comprometa seu desenvolvimento saudável.
- e) abuso infantil como toda prática, omissa ou comissiva, que, direta ou indiretamente, submeta a criança à sexualização precoce.

7

20. É direito dos pais ou responsáveis, de acordo com o ECA (Lei nº 8.069/90):

- a) exercer a vigilância do filho dentro da escola, em qualquer ambiente e horário
- b) retirar o filho da escola antes do término do período letivo, por discordar da metodologia empregada
- c) aplicar castigos vexatórios como forma de educar
- d) participar das propostas educacionais
- e) Nenhuma das alternativas anteriores



**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHÃO DAS NEVES.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**